



Por uma economia política da organização do conhecimento¹

Antonio García Gutiérrez

Tradução de Gustavo Silva Saldanha *

Nosso mundo fixa os cimentos de sua identidade cultural, dos discursos políticos, das expectativas de futuro, dos conhecimentos adquiridos e de praticamente toda a sua memória, em inscrições. A acumulação de tais inscrições, sobre as que se incorporam exponencialmente – e a cada instante – novas inscrições digitais, nós a chamamos “exomemória”. O conceito de exomemória recupera um sentido antrópico, ético e político ausente na documentação em seus princípios positivistas.

Embora, na digitalidade, as inscrições sejam geradas, na maioria das vezes, de modo disperso e espontâneo – e isso não tem maior relevância do que para a importância da privacidade das pessoas –, há um grande número de inscrições que poderiam ter transcendência para a memória coletiva ou para a narrativa da história do mundo. Essa não é apenas uma história narrada de uma voz holística, mas também da pluralidade das comunidades, dos sujeitos e mesmo das ricas intersubjetividades que transcendem a intimidade.

Apesar da paisagem caótica apresentada pelos registros relevantes e irrelevantes, do ponto de vista coletivo, o arquivo mundial de inscrições, e especialmente de exomemória digital, está subjacente às antigas bases que já conhecemos dos modos de dominação: seleção de registros em função dos interesses do poder, expropriação ou amputação de contextos e lugares de origem, organização hierárquica de estranhas categorias para registro, manipulação, exploração e até mesmo *marketing* econômico ou político dos produtos, e reinscrições sistemicamente ressemantizadas e suas interpretações moldadas pela linguagem do colonizador.

¹ O dossiê “Organização do conhecimento: agendas sociopolíticas e suas lutas históricas” apresenta a tradução do discurso de apresentação dos modos de aplicação da desclassificação na organização da exomemória digital (GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Aplicación de la desclasificación a la organización de la excomemoria digital. In.: _____. *Epistemología de la documentación*. Barcelona: Stonberg Editorial, 2011. p. 288-306. O fragmento traduzido responde pela relação entre a teorização da epistemologia documentalista à luz da desclassificação e seus modos de implementação em sistemas de organização do conhecimento. Na passagem, o autor argumenta a necessidade de desenvolvimento de um modo de aplicação da teoria crítica da desclassificação na exomemória digital, a partir de dois operadores distintos, complementares e interdependentes, o “operador complexo” e o “operador transcultural”. A argumentação, propondo novas lógicas para os gestos classificatórios, responde, além da obra, por grande parte da trajetória histórica de teorização de García Gutiérrez, tendo relação direta com o trabalho *Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial*, publicado em 2004 pela editora La Crujía de Buenos Aires, assim como, em 2008, a versão portuguesa publicada pela Vozes, fontes a partir das quais o autor trabalhou, revisou e ampliou o debate sobre a operacionalização da desclassificação no cerne da Documentação. O extrato representa, pois, o coração de uma reflexão singular na construção social de uma teoria crítica na, da e para a organização do conhecimento.

* Doutor em Ciência da Informação. Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Endereço: Rua Lauro Muller, 455, sala 401, Botafogo - CEP 2290160 Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 21 38739453. Email: gustavosaldanha@ibict.br

Estamos, portanto, diante de uma questão de transcendência mundial que afeta diretamente a liberdade, a consciência, o conhecimento, a memória e a privacidade dos habitantes do planeta, dominado pelas potências nacionais e locais que decidem, com maior ou menor representatividade democrática – embora, na minha opinião, haja representatividade, o grau de democracia alcançado ainda é muito pobre –, as posições e destinos de uma herança que só pode ser autogerida pelos seus genuínos produtores. As ferramentas para o gerenciamento massivo de registros são filhas do Iluminismo, do positivismo, do funcionalismo e, mais recentemente, de um tecnocapitalismo que só pode ser desmascarado pelos procedimentos sofisticados de detecção de uma economia política da informação, praticamente ausente em nosso campo de estudos.

Se ao longo dessa história da organização maciça de registros, as tecnologias de conservação e localização de cada momento foram acompanhadas de técnicas de organização *ad hoc*, e até as inovações foram o resultado de teorizações conscientes, a irrupção do digital mudou as torções, subordinando as teorias, e, especialmente, a epistemologia, até o seu estado atual de estagnação. E, ao lado de tal desvalorização, logicamente sucumbiu a diversidade tecnológica e a possibilidade consequente de uma diversidade de evoluções tecnológicas.

Abordar a gestão da exomemória, de forma satisfatória e para um mundo complexo e plural, tem uma insurgência epistemológica radical que definitivamente recoloca a matriz nômica das ciências em conjunto e não à frente de discursos culturais. A questão, então, seria: podemos fazer algo diante da inércia ainda esmagadora dessa epistemologia em declínio, da indolência teórica generalizada, de manipulação de *marketing* acadêmico ou fascínio hipnótico ante a avalanche tecnológica? Podemos fazer algo que não é ameaçado ainda pela autocomplacência? Qualquer resposta afirmativa, a partir da desclassificação, só pode ser instalada em uma negatividade incorruptível. Negar o mundo digerido proposto pelas tecnologias unificadoras. Subverter sua ação generalizadora, reorientando-a para a diversidade. Negar é a única maneira de conceber alternativas. Negar o mundo que as tecnologias propõem não implica negar as tecnologias, mas subordiná-las às opiniões de reabilitação democrática e social, como implica, por exemplo, a descolonização.

A teoria da organização da exomemória, nesse sentido, comandaria as funções das tecnologias e solicitaria inovações tecnológicas para realizar funções determinadas teoricamente, e não vice-versa. Tal teoria incorporaria e compartilharia entre seus objetivos e componentes conceituais, elementos de ética, ciência política, sociologia e antropologia crítica, psicologia cognitiva e, claro, tecnologia crítica e hermenêutica. Para tal teoria da práxis, que recebe o mesmo nome que suas ferramentas, é o que chamamos epistemografia interativa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002).

A epistemografia é o conjunto de estudos, ferramentas, práticas e resultados relacionados à organização descolonizada do conhecimento em redes globais de intercâmbio. Uma epistemografia é a representação ou mapa conceitual de um único documento, a partir de categorias autonarrativas ou heteronarrativas (sempre que a heteronarração seja descolonizante), como a construção de todo um sistema no qual as estruturas e conteúdos daqueles documentos seriam ligados e articulados para outro sistema de representação que lhes daria visibilidade mundial através de uma *língua franca* digital (outra ferramenta epistemográfica). A epistemografia, finalmente, também seria o conjunto de observações, descrições, reflexões e conclusões derivadas de tais práticas, sistemas e ferramentas que promove não só autonarracões, mas também, de acordo com os vetores de transformação,

“autonarracões escutantes”, isto é, uma enunciação descolonizada e aberta à troca e à miscigenação em igualdade de condições.

Dentro de uma invocação tão vasta, devo começar limitando os objetivos: os registros de conhecimento e memórias que se depositam, adaptam ou geram em digital tem o direito de autonarração radical, isto é, que cada indivíduo, comunidade ou sociedade pode decidir como organizá-los e acessá-los.

Para isso, é necessário introduzir racionalidade, juntos às emoções, idiossincrasias, crenças, esperanças ou devaneios na teoria da organização da exomemória, mas, naturalmente, não apenas em seu conteúdo. Trata-se de algo que já poderia ser arranjado, contudo, mediante a instalação de seus particularismos e lógicas no coração dos modos de registro, organização, comunicação, busca e recuperação de conhecimento. Naturalmente, ainda que no formato e suporte dominante, não se trata apenas da organização digital, mas da organização de qualquer meio permitido pelo passado, ou de diferentes evoluções tecnoculturais que, a partir deles, nos trarão um futuro não forjado em absoluto pela digitalidade.

No horizonte do direito à autonarração e respeitando mesmo o direito à incomunicabilidade e à invisibilidade, que invoquei em outro lugar (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2009), temos aqui o objetivo de estabelecer um quadro teórico para os operadores éticos e políticos que podem garantir a presença de todos os registros com a mesma igualdade de oportunidades e visibilidade através de sistemas *endo* e *trans* organizacionais que permitem a tradução consentida para uma língua franca de comunicação digital, sem que essa tradução cultural implique um consenso forçado nas representações, produtos e serviços do sistema. As representações, precisamente, devem basear-se nos princípios derivados da teoria dos conceitos abertos.

Apesar de uma língua franca dessas características carecer de consenso e, portanto, a cessão de alguns das partes envolvidas, seu próprio objetivo justificaria isso porque seria diferente da produção de divergência, diferença, diversidade que só pode ser respeitada, promovida e protegida, paradoxalmente, através dessas ferramentas elaboradas sobre acordos. Não se trata de preservar culturas, identidades, memórias ou conhecimento através de seus registros, mas, a partir de sua visibilidade voluntária no arquivo mundial, contribuir para sua troca e miscigenação, propiciar seus mecanismos de autoevolução indispensáveis através de uma interação inexoravelmente global que, sem tais garantias, seriam condenados à extinção, e que com seus próprios mecanismos impediriam a sutil substituição neocolonial de valores e visões de mundo autóctones em produtos banalizados ou folclorizados no novo império digital.

Mas ao mesmo tempo em que nossa teoria precisa de ferramentas para manter a dissensão, em metodologias e procedimentos de sua elaboração, subprodutos inestimáveis surgem, momentos quando o consenso é racional ou imprevisivelmente produzido. Isto sugere que, possivelmente, e não há razão para recusar isso, existem lugares-comuns que não implicam imposição ou hierarquia e que permitem a reunião de posições, em muitos outros lugares divergentes. Além disso, a globalização exige, para fins maiores, privacidade e autoevolução das culturas, por exemplo, pelo mero fato que eles continuem a existir ou possam ser expressos no fórum mundial se quiserem buscar a realização de algum consenso. Em outras palavras, por uma questão de dissensão é essencial alguma cessão ao consenso. Eu vou dizer na velha língua da rebelião: já que a ocupação cultural e digital já é um fato inevitável, vamos estabelecer uma barricada de consenso que possa permitir, na sua retaguarda,

continuar desenvolvendo e retornando a dissidência. Discutimos aqui os objetivos e modos de diálogos ilimitados que devem ocorrer atrás dessa barricada.

A igualdade de oportunidades que discursos e culturas introduzem em seus registros digitalizáveis ou digitais seria uma das questões-chave para entender de que tipo de subversão estamos falando. Para todas as experiências culturais, incluindo as ágrafas ou ausentes, devem ser proclamados tais direitos. As técnicas de cognição pré-epistemológicas irão compartilhar o espaço com o positivismo, o machismo com feminismo, os dominantes com os dominados, os invasores com os rebeldes, porque além de serem posições opostas, são posições reais e todas elas existem ou existirão no digital. A essa altura, uma rede global não pode ser propiciadora por uma verdade única, mas a segundo a copresença de regimes variados de certeza falibilista, a partir da noção de verdade que propõe a antiga filosofia árabe, a *fisionômica* ou a cartomancia, o senso comum etnometodológico ou a precisão da mais recente tecnologia atômica extremamente falível, como sabemos.

A rigidez da agonizante epistemologia que sustenta a poderosa unificação tecnológica não pode ser subestimada. Essa epistemologia, morta por seus próprios filhos, foi, em outro momento, forte e essa força penetrou no pensamento de gerações. O próprio Marx, apesar de seu gênio criativo, não podia deixar de prestar homenagem ao positivismo e usar sua linguagem macroepistemológica. Ele até usou o argumento de detectar suas contradições para, teoricamente, derrotar o capitalismo. Em sua ingenuidade positivista e em sua convicção determinista, Marx não pôde vislumbrar que revelar as contradições do contrário nunca foi argumento suficiente para questioná-lo e muito menos para derrubá-lo. Tampouco apelar à consciência, invalidada pela consonância cognitiva que o cérebro precisa, para obter o arrependimento de um assassino, de um pusilânime ou de um alto executivo acomodado e inconsciente que deteriora irreversivelmente o meio ambiente (e o social) de seus próprios netos.

Assim, no domínio de estudos da exomemória, da museografia, da arquivística, da documentação ou da biblioteconomia, para citar algumas disciplinas tradicionalmente positivistas que lidam com inscrições humanas, nem mesmo em seus elos estruturais – parafraseando Maturana (MATURANA; VARELA, 1999) –, digitalmente, resolvem os novos problemas e desafios de uma rede que permite narrar o passado e organizar o conhecimento de outra maneira. Dada a impossibilidade de articular um pensamento hermenêutico, horizontal, democrático e descolonizador, de disciplinas construídas sobre uma epistemologia dogmatizadora, surgem os estudos de exomemória. Tais estudos, se prestarmos atenção à famosa classificação de Habermas, identificam-se com o conjunto das “ciências emancipatórias”. Mas as perspectivas simultaneamente globais e locais, integrais e parciais que invocam nossos estudos, demandam, no entanto, outra deserção: o abandono radical da teleologia positivista.

Dada a existência de diversas frentes culturais que não mais lutam desde a periferia, apesar de serem consideradas subordinadas, porque o digital permite que eles se identifiquem como centros efêmeros, mas centros ao final: a fuga para a tentação universalista e concepção kantiana do mundo.² O apelo à globalização que fazemos aqui, para potencializar a autonarrativa envolve um perigo que não nos escapa: da

² Esta cultura da “neoperiferia” seria essencialmente contrária ao universalismo generalizante em vez de a possibilidade de um transcendentalismo, e do frescor do projeto dialógico transcendental de Otto Apel, similar, no entanto, ao sentido neouniversalista de, pelo menos, o primeiro Habermas.

mesma maneira que o Ocidente é uma das poucas macroculturas que considera todos os seus localismos de forçoso interesse universal, milhares de culturas locais, ao sentir o poder de visibilidade e do *marketing* que carregam, pensam e pretendem o mesmo. Essa distorção teria que ser denunciada através das ferramentas de organização global de registros, a partir das seguintes máximas hipotéticas que levam duas culturas extremas, a ocidental e a indígena, como exemplo.

- O discurso ocidental tem exatamente o mesmo valor moral e cultural que um discurso indígena.
- Os discursos ocidentais e indígenas devem ser preservados e autoevoluir sem substituições trágicas através uma interação mútua e não invasiva que exigiria intervenções de discriminação positiva em relação ao segundo.
- O maior ou menor número de sujeitos que defendem ou propiciam uma posição não é relevante para torná-la visível e muito menos para aperfeiçoá-la ou anulá-la. Muito pelo contrário, poucos sujeitos com registros escassos terão que obter maior proteção autonarrativa pelo resto dos participantes da rede global.

Vamos começar esta jornada com a proposta teórica de uma ferramenta que garanta o direito particular de todas as posições para expressar e manter sua diferença no digital, e continuaremos, então, com o desenvolvimento de outra ferramenta complementar que recursivamente garanta o direito de todos para chegar a um consenso, que, por sua vez, garanta o direito anterior, ao mesmo tempo em que o direito global de suspender, alertar ou boicotar a visibilidade de certas posições ou partes de posições quando eles atentem contra os direitos humanos e de expressão de outras posições absorvidas ou integradas nelas. Consequentemente, temos ferramentas dialéticas usadas simultaneamente do geral-particular como uma forma de garantir os direitos das minorias e das totalidades, sem esquecer o espaço essencial das transversalizações. O geral não existe sem o particular nem, por mais que encontremos resistência razoável nominalista, tampouco seu vice-versa. Como Morin diria, num jogo de espelhos, o geral está na coisa particular que é em geral.

A exomemória digital submete, em grande parte, a participação e os fluxos transversais, não só para a ação dos mediadores e interlocutores – os epistemógrafos, em suma –, mas, especialmente, aos esquemas lógicos que regulam as estruturas e transferências de registros. As diferentes concepções de poder geralmente reproduzem seus objetivos em modelos de classificação hierárquica e denominação regida por um sólido critério de subordinação para o poder em questão. O conteúdo mais tecnoético de nosso estudo é focado nos setores que atuam com os eventos e histórias da vida políticos, sociais e culturais, os gêneros que transitam em e entre jornalismo e história, vou descrever dois tipos de operadores que hipoteticamente ajudariam a romper com os esquemas de dependência, unilaterais e homogeneizantes, com presença enorme e perturbadora. Em qualquer caso, será uma proposta teórica de operadores que organizam os mundos cobertos pelos discursos da história, de muitos campos das ciências humanas e sociais ou práticas jornalísticas. Esses operadores teóricos teriam que ser incorporados, às vezes forçando, às vezes substituindo e eliminando, as funções hierárquicas e mutilantes dos operadores tradicionais de classificações, tesouros e ontologias.

Compreendemos por operador, uma ferramenta lógica e semântica (e, não vamos esquecer, da natureza necessariamente ética e política), cuja função primordial é estabelecer relações entre os registros e servir como um elo entre estes e os participantes de uma rede. As ferramentas de hierarquia, como BT, NT e associação RT dos tesouros, são operadores de organização que atendem a critérios epistemológicos precisos. A diferença básica desse tipo de operadores fechados e univalentes, no que diz respeito à nossa proposta, está nas lógicas que os transcendem. Os operadores de desclassificação são precisamente recursos de intervenção e facilitação que se destinam a garantir o pensamento e a descolonização com foco na igualdade de fluxo na exomemória, mas, também, alertar cidadãos sobre os registros que violam as decisões e acordos transculturalmente acordados, tais como os direitos humanos, questionar certas presenças através de crítica legítima aos produtores-mediadores e usuários, e promover uma transformação socialmente orientada para a dignidade e outros valores mencionados. Tais objetivos vão, obviamente, determinar os critérios e indicadores que são construídos para avaliar o desempenho de um sistema planetário baseado em desclassificação.

Os operadores tradicionais de pesquisa e representação de registros reproduzem a lógica e os objetivos do poder dominante, monopolizam a maioria dos registros e dos fluxos na exomemória e estabelecem um mundo em sua medida que também persiste em suprimir modos plurais de acessar e interpretar o passado.

Geralmente, memórias eletrônicas e motores podem confiar em operadores de proximidade de palavras, operadores de hierarquia que subordinam conceitos para os outros, operadores de sinonímia, que estabelecem equivalências entre termos, ou operadores associativos cuja relação intercategoria (causa-efeito, agente-ação, modo- instrumento, etc.) nunca foi desenvolvida na prática, a não ser como uma extensão encoberta de relações hierárquicas todo / parte ou espécie / classe, e sem a menor implicação crítica ou política na organização da exomemória. No entanto, a lógica dos operadores que propomos, por ser uma lógica aberta, inclui a lógica fechada dos operadores de relacionamento tradicional BT, NT, RT ou quaisquer outros e, conseqüentemente, não se opõe a eles sempre que sejam atravessados pelos princípios da desclassificação. Assim, por exemplo, em desclassificação, poderíamos continuar usando os operadores de hierarquias de classe e partitivas, todo/parte e classe/espécie, adotando-os previamente em sua lógica de subordinação e superordenação como lógica sistêmica, funcionando como meros recursos parciais de proximidade, desde que não provenham da reprodução de hierarquias epistemológicas ou sociais determinadas ou fique suficientemente explícita tal origem.

Os recursos usuais de codificação e recuperação da informação na internet tendem a ser superficiais, descontrolados, pobres semanticamente e deficientes gramaticalmente, embora a tecnologia esteja pronta para incorporar espetaculares melhoras nos sistemas de pesquisa, incluindo sensores e simuladores voz, que compreenderão e responderão a perguntas pronominais em linguagem natural. Isso será possível porque o setor de recuperação de informação, com o Google liderando o caminho do século XXI, mantém seus valores financeiros. Aqui está uma das razões práticas apontadas pelos teóricos e profissionais de uma organização do conhecimento emancipadora e solidária para incorporar ferramentas proporcionadas pelo compromisso e pelo ativismo cosmopolita e democrático em seu trabalho cotidiano. Os operadores que propomos coletam e aplicam esses ideais.

Por um lado, desenvolvemos, de acordo com todos os postulados estabelecidos da desclassificação, um operador antidogmático, hermenêutico e descolonizador, isto é, fundado no imperativo da participação democrática direta de todas as posições e mundos possíveis que o exijam, construído pluralmente para garantir a presença de todas as posições e propiciar a diferença mesmo daqueles considerados injustos e antidemocráticos. Sob o objetivo prioritário do pluralismo ideológico e lógico, mais também tornando possível parte do estabelecido nos princípios de interação e transformação que orientam a promoção da mudança social, proporemos o operador complexo Λ .

Por outro lado, teremos um operador antirrelativista e crítico, isto é, que toma partido contra as injustiças e desigualdades estabelecidas na exomemória, intervém nos conflitos de interesses entre posições locais e acordos interideológicos, interculturais e internacionais, pratica a ingerência, estabelece condições para o diálogo orientado para o consenso e aplica os resultados disso. Para cumprir tais objetivos, desenvolveremos em profundidade o escopo, a natureza e funcionalidades do operador transcultural V.

Primeiro, abordaremos o “operador complexo Λ ” e depois o “operador transcultural V”. Mas, previamente, vamos ver algumas questões esclarecedoras sobre aspectos compartilhados e diferentes em ambos os operadores, operadores que não se opõem, mas que se cruzam, se monitoram e se complementam. O operador complexo Λ , cuja função mais marcante será detectar contradições, oposições, dicotomias e antinomias, buscando sua coexistência, reúne todos os sentidos possíveis sobre um assunto ou os sentidos sobre temáticas não compartilhadas, explicando-os para que qualquer participação ou busca na exomemória possa ser vista como reconhecida pelas subjetividades compartilhadas em uma comunidade ou cultura ou por subjetividades individuais. É, então, um operador mais próximo do multiculturalismo *de fato*, a uma copresença inicial de posições em igualdade de condições e com as mesmas possibilidades de visibilidade.

Quanto ao operador transcultural V, é fruto sintético de um diálogo democrático permanentemente aberto entre representantes de diferentes posições (política, cultural, discursivos, etc.) que negociam a homologação e integração de determinados problemas que os afetam. Portanto, esse operador V envolve a obtenção de um acordo sobre um assunto e sua formalização como uma categoria transversal às posições como uma categoria, constituindo, a partir de sanção, padrão ético global que pode interferir nos registros locais que a contradigam, sem anulá-los ou censurá-los, pois eles sempre desfrutarão da proteção oferecida pelo operador complexo, mas alertando os cidadãos participantes sobre o seu conteúdo.

Ambos os operadores são profundamente democráticos, uma vez que o operador Λ se baseia na explicitação de todas as posições e cosmovisões, sem exclusão, como itinerários de representação e localização dos registros, isto é, garante em pé de igualdade a representatividade de todas as posições iniciais relativas a um problema, o operador V é essencialmente regulativo e executor, isto é, equilibra o possível tratamento injusto de alguma posição na exomemória, mesmo respeitando a presença de tais registros de acordo com o princípio preliminar da emancipação, segundo uma escala categórica transculturalmente acordada de modo que o abuso na rede não fique impune se a comunidade transcultural puder evitá-lo através de alertas, avisos e recriminações. O operador transcultural, conseqüentemente, é tão democrático quanto o operador complexo, pois sua aplicação só seria autorizada para a decisão democrática (síntese transcultural) endossada pela maioria das posições, um consenso ampliável, obrigatório e periodicamente revisável.

Enquanto o operador transcultural é o antídoto para o relativismo do qual o operador complexo poderia ser acusado, que não se pronuncia moral ou culturalmente sobre um registro, o operador complexo assume, por outro lado, o equilíbrio democrático e hermenêutico de um operador transcultural pressionado por falta de respaldo ou legitimidade suficiente.

Uma nova apreciação que os afeta em conjunto é que das categorias “complexidade” e “transculturalidade”, só podemos ter plena consciência das propriedades da porosidade e da interação de instâncias. O operador complexo coopera na transcultura enquanto o operador transcultural se funda na complexidade. É esta sobreposição (ou tal contradição) assumível? Com efeito, o é, pois ambos quebram qualquer intento de isolamento e, no entanto, eles promovem diferentes funções que agregam valor à troca. Se o operador complexo lida com todas as posições e perspectivas a um atrito mútuo a partir do qual surgem os terceiros itinerários, novas convências espontâneas e deliberadas, o operador transcultural é o suco de uma racionalidade dialógica em convergência paradoxalmente orientada para a discrepância e para a emancipação na produção de novas singularidades que acontece na transcultura.

As construções epistemográficas seriam de dois tipos: por um lado, elas se configuram como linguagens formais que articulam um conjunto de canais e códigos de representação e transferência de informação nas redes (em termos documentais, classificações, tesouros ou ontologias): epistemografias sistêmicas. Por outro, as epistemografias também são representações da singularidade de uma instância (correspondente ao produto de qualquer análise e representação documentária de conteúdo, para usar a denominação clássica, do texto individual): epistemografias textuais.

Digamos, então, que operadores complexos vinculam o primeiro significado, isto é, a disponibilidade de todas as posições está presente apenas no nível da linguagem coletiva, na epistemografia como rede ou sistema aberto. A plena visibilidade da função democrática desse operador só aparece no nível do sistema, e não em cada registro particular. Tradicionalmente, a organização do conhecimento concentrou um dos seus principais focos de pesquisa e de desenvolvimento na construção de linguagens que representem, geralmente a partir de perspectivas de homogeneização ou altamente tendenciosas, os conteúdos e modos discursivos independentemente de variáveis culturais e de todo o conglomerado de sensibilidades e de singularidades que opera, tanto na conformação daqueles mundos complexos representados de modo simplista, como no acesso, na apropriação e na continuidade dessas representações. Portanto, o operador Λ viria perturbar a composição de linguagens convencionais e readaptá-las aos modos reticulares digitalizados.

Quanto ao operador transcultural V , ainda atuando também no nível sistêmico, sua realização completa só acontece ao ser especificamente atribuído a um registro que afeta a descrição analítica fornecida por outros recursos utilizados para a posição e interesse local. No entanto, a sua eficácia reside em um constante ativismo por parte dos diálogos transculturais e no bom e constante uso (boa vontade kantiana, novamente) para torná-los mediadores transculturais e socialmente engajados.

Artigo recebido em 09/07/2018 e aprovado em 03/10/2018.

REFERÊNCIAS

APEL, Otto. *La transformación de la filosofía*. Madrid: Taurus, 1985.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. *La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2002.

_____. Localizar la memoria. *I/C Información y comunicación*, n. 7, p.85-111, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Facticidad y validez*. Madrid: Trotta, 1998.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *El árbol del conocimiento: las bases biológicas de conocimiento humano*. Madrid: Debate, 1999.

MARX, Karl. *Tesis sobre Feuerbach y otros escritos filosóficos*. Barcelona: Grijalbo, 1974.

_____. *Contribución a la crítica de la economía política*. México: Cultura Popular, 1976.

MORIN, Edgar. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1996.